



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

PARECER JURÍDICO

REQUERENTE: Secretaria da Assistência Social.

ASSUNTO: Parecer Jurídico sobre Inexigibilidade de Licitação. Processo 1126/2025.

EMENTA: PARECER JURÍDICO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. PROCESSO 1126/2025. OBJETO CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIFICA. DECISÃO JUDICIAL. ART. 74, INCISO I DA LEI 14.133/21.

I – RELATÓRIO

Trata-se de análise de processo referente a pedido de inexigibilidade de licitação com objetivo ao atendimento de decisão judicial exarada no processo nº 5000618-80.2025.8.21.0046/RS/RS a ser cumprida em 48 horas proporcionando acolhimento aos menores Kaelly Ingrid Santos da Costa (guia de acolhimento CNJ 5300313500025-01) e Kaua Adarlei Santos da Costa (guia de acolhimento CNJ 5300313500026-01), onde é apontado e firmada na data de 28.03.2025 pela Juíza de Direito Nubia de Miranda Frias o local de acolhimento como sendo a Unidade de Acolhimento Sociedade Assistencial As Meninas e Meninos de Lagoa Vermelha/RS.

“Sentinela do Progresso.”



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

Foi elaborada DFD – Documento de Formalização de Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referencia, Laudo Social, e foi apresentados documentos diversos.

II - PARECER

A Constituição Federal em seu artigo 37, Inciso XXI impõe ao Poder Público o dever de observar o princípio instrumental da licitação, cujo objetivo é propiciar a contratação mais vantajosa à Administração.

A lei nacional nº 14.133/21, prevê expressamente a existência de situações que excepcionam o dever de licitar. São os casos das licitações tidas por hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação. Analisando o presente processo, verifica-se que a administração através da Secretaria da Assistência Social objetiva a realização da contratação por meio de Inexigibilidade de Licitação, vinculada em decisão judicial e as guias de acolhimento firmadas pela juíza Nubia de Miranda Frias que, diante do cenário instaurado tem amparo no Art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/21, o qual dispõe:

Lei nº 14.133/21

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.

"Sentinela do Progresso."



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

Desta maneira, vale dizer, que a inexigibilidade tem como pressupostos a inviabilidade do procedimento de competição, o que se constata na presente situação conforme se depreende da decisão judicial e as guias de acolhimento junto ao processo.

Sendo assim, a empresa foi selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do Art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/21, em atendimento ao determinado.

Ressalta-se que, cabe ao gestor publico analisar os valores do dispêndio ao erário através da pesquisa de preço para esse tipo de contratação, deve se atentar ao que dispõe o art. 23, §4 da Lei 14.133/2021, com o intuito de obter parâmetros nesta situação em específico e, caso constatado um valor que não é praticado pelo mercado poderá usar como argumento dentro do processo judicial questionando a inviabilidade de competição.

Importante citar que nenhuma contratação deverá ser admitida sem a caracterização correta do objeto, bem como, as indicações dos créditos orçamentários para pagamento, de acordo com o art. 150 da Lei 14.133/21:

Art. 150. Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

Portanto cabe ao gestor, **na fase que antecede a contratação, indicar a existência de recursos orçamentários (dotação orçamentária) que assegurem o pagamento.**

Doravante, a flexibilização no dever de licitar não implica ausência de processo formal. Ou seja, na contratação direta, é necessário observar a Lei no que tange aos procedimentos mínimos e à formalização do processo de contratação direta, sendo necessário um processo administrativo comprovando os documentos previsto no artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I** - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II** - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III** - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV** - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V** - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI** - razão da escolha do contratado;
- VII** - justificativa de preço;
- VIII** - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Desse modo, mesmo tendo decisão judicial é necessário constar no processo todos os documentos acima descritos conforme decorre do citado artigo e em caso de ser constatado eventual irregularidade, imediatamente deve ser



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

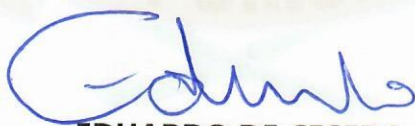
comunicada a procuradoria do município para alimentar o processo com as informações pertinentes.

Recomenda-se, desde já, **que a administração fiscalize com rigor a execução dos serviços contratados**, sob pena de responsabilidade a quem der causa por violações dos dispositivos legais, na medida de sua responsabilidade.

Ante ao exposto, resguardado o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e a conveniência da prática do ato administrativo, não encontro óbice **nos termos da fundamentação**, podendo este órgão promover a contratação pela autoridade competente com a formalização do contrato com **"SOCIEDADE ASSISTENCIAL AOS MENINOS E MENINAS DE LAGOA VERMELHA"**, CNPJ 87.682.340/0001-28, contratação por inexigibilidade, nos termos de decisão judicial exarada no processo nº 5000618-80.2025.8.21.0046/RS, por se amoldar ao artigo 74, inciso I, da Lei nº 14.133/21. Por tudo, opina-se pela legalidade nos termos da fundamentação do procedimento adotado sob análise.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Espumoso/RS, 30 de Abril de 2025.


EDUARDO DE CESERO
JURIDICO